



Artigo

Oficinas Participativas na Elaboração do Plano de Manejo da APA-VRT

Participatory workshops in Preparation of APA-VRT Management Plan

Talleres Participativos en la Elaboración de Plan de Manejo de la APA-VRT

Alessandro Soares da Silva¹, Guilherme Borges da Costa², Neli Aparecida de Mello-Tréry³, Ramon Zago⁴, Tatiane Moraes Ferreira⁵, Danilo Sato⁶, Heloísa de Camargo Tozato⁷, Andrea Cavicchioli⁸.

¹Filiação institucional. Doutor em Psicologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Atualmente é professor associado 1, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo e docente no curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: alepsipol1@gmail.com

² Filiação institucional. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, Brasil. Doutorando em Psicologia pela Université de Caen, França.

Correspondência: E-mail: borges.guilherme@gmail.com

³ Filiação institucional. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, Brasil e pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense, França. Atualmente é professora associada 3, docente nos Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e em Ciência Ambiental e no bacharelado em Gestão Ambiental e vice-diretora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: namello@usp.br

⁴ Filiação institucional. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, SP Brasil.

Correspondência: E-mail: ramonmesmo@gmail.com

Silva, Alessandro s., Costa, Guilherme B., Mello-Tréry, Neli Ap., Zago, Ramon., Ferreira, Tatiane M., Sato, Danilo., Tozato, Heloísa C., & Cavicchioli, Andrea. RG&PP vol. 4(2): 240-266, 2014

⁵ Filiação institucional. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: tatiane_mf@hotmail.com

⁶ Filiação institucional. Bacharel em Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: daniopsato@gmail.com

⁷ Filiação institucional. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade de São Paulo, SP, Brasil, e pelo e doutoranda em Geografia pela Université de Rennes 2, França.

Correspondência: E-mail: htozato@gmail.com

⁸ Filiação institucional. Doutor em Química pela Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente é professor associado 1, docente no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e no bacharelado em Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: andrecav@usp.br

Resumo

O presente artigo trata dos processos de participação social e política na produção do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê (APA-VRT) localizada no estado de São Paulo, Brasil. Esta APA é composta por doze municípios, foi criada em 1987 e seu plano de manejo foi realizado mais de 20 anos depois. O trabalho de produção deste documento iniciou em 2011 e foi conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo. Neste artigo descreveremos e analisaremos os processos relativos à organização e implementação da oficina de Diagnóstico Socioambiental nas quais se assentaram os primeiros contatos entre Estado e sociedade civil em torno ao tema do plano de manejo da APA-VRT.

Palavras-chaves: APA-VRT; Várzea do Rio Tietê; Participação Política; Participação Social; Plano de Manejo.

Abstract

This article deals with the processes of social and political participation in the production of the management plan of the environmental protection area Várzea do Rio Tietê (APA- VRT) in the

state of São Paulo, Brazil . This protection area is settled on the territories of twelve municipalities and was established in 1987. However, its management plan was developed only in this second decade of this century. The work began in 2011 and was carried out by researchers of the University of Sao Paulo. In this article we will review (only?) the organization and implementation of the social and environmental diagnostics workshops in which the first contacts between state and civil society were established around the theme of the management plan for the APA- VRT.

Keywords: APA-VRT; *Várzea do Rio Tietê*; Political Participation; Social Participation; Management Plan.

Resumen

Este artículo trata de los procesos de participación social y política en la producción del Plan de Manejo de la Área de Protección Ambiental de la Várzea do Rio Tiete (APA-VRT) localizada en el estado de São Paulo, Brasil. Esta APA contiene doce municipios y fue creada en el año de 1987. Pero, su plan de manejo fue realizado solo en esa segunda década del siglo XXI. Los trabajos se empezaron en 2011 conducidos por investigadores de la Universidad de São Paulo. Aquí analizaremos los procesos relativos a la organización e implementación de los talleres de Diagnóstico Socioambiental en los cuales se asentaron los primeros contactos entre Estado y sociedad civil en torno al tema del plan de manejo de la APA-VRT.

Palabras Clave: APA-VRT; Tierras Bajas del Rio Tietê; Participación Política; Participación Social; Plan de Manejo.

1. Introdução¹

Nossa proposta neste manuscrito é discutir o processo de mobilização e participação social ocorrido entre 2011 e 2012, durante a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê – APA-VRT. Nesse período foram realizadas quatro oficinas com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre a própria APA-VRT, bem como para que se pudesse conhecer os pontos de conflito existentes entre os múltiplos atores, visando melhor negociar um plano de manejo que orientasse formas de ordenar a área, já altamente antropizada.

Neste artigo, descrevemos e analisamos o processo de organização, condução e avaliação da primeira oficina do Plano de Manejo, chamada “Oficina de Diagnóstico Socioambiental”. A escolha por esta oficina se deu em função dela ter sido o primeiro contato entre todos os atores envolvidos na elaboração do Plano de Manejo, o que, naturalmente, gerou expectativas, conflitos e frustrações. Entendemos assim que as dinâmicas identificadas neste processo podem contribuir com a produção acadêmica sobre a gestão participativa de unidades de conservação brasileiras, e para a própria gestão destes territórios, uma vez que a legislação em vigor no país determina a participação de representantes dos governos, da sociedade civil e da comunidade residente na sua gestão.

Os processos participativos estão previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal n.º 9.985/2000), em seu artigo 47, §2º no qual se lê:

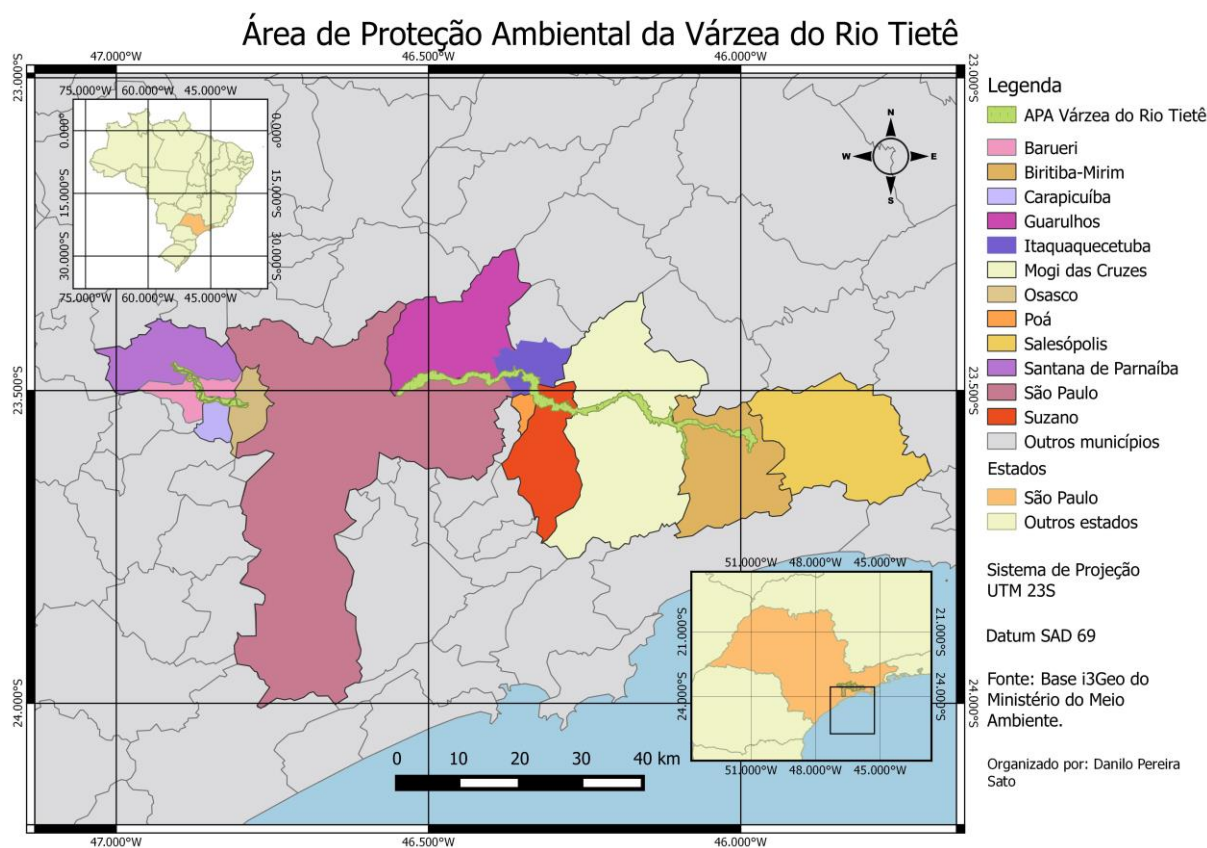
Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. (Grifos nossos)

Entretanto, como se vê, não há qualquer determinação de como os mesmos devam ocorrer. Mas entendemos que ele deva permitir o desenvolvimento de uma consciência política comprometida com os processos decisórios, tanto no plano individual quanto coletivo (Silva, 2001, 2003, 2006; Sandoval, 1994, 2001), para que a negociação que permeia o processo de gestão de uma unidade de conservação resulte em acordos mais sólidos e assegurem o comprometimento dos atores envolvidos (Costa, 2012). Para tanto, conhecer o território em disputa é necessário.

¹ As oficinas aqui analisadas são parte integrante do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê, sob contrato n. 7102.0000344.10.2.

2. A APA Várzea do Rio Tietê e seu Plano de Manejo

A APA-VRT foi criada pela Lei Estadual nº 5598, de 06 de janeiro de 1987, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.837, de 03 de fevereiro de 1998. Sua área de abrangência é de aproximadamente 7.400 hectares, englobando 12 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, SP, Brasil. A APA encontra-se dividida em dois trechos localizados respectivamente ao leste e ao oeste da faixa do município de São Paulo onde flui o rio Tietê. A leste tem-se os municípios de São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim e Salesópolis e a oeste os municípios de Osasco, Carapicuíba, Barueri e Santana do Parnaíba, como se verifica no mapa abaixo:



Este território enfrenta um processo evolutivo de ocupações irregulares, que resulta em desmatamentos, na criação de depósitos clandestinos de resíduos, de loteamentos clandestinos. Por outro lado, ocupações regulares, seja via obras públicas municipais ou estaduais, seja via obras da iniciativa privada autorizadas pelo poder público, ou ainda via ocupações inicialmente irregulares e posteriormente regularizadas pelo poder público, também contribuem com a perda das características do atributo natural, que seria a própria várzea do rio Tietê, objeto de conservação desta unidade.

De modo simplificado, são as áreas de várzea (planícies aluvionares) que recebem (ou deveriam receber) a água que transborda do rio em época de cheia. Isto sem falar em uma vegetação própria, o que por sua vez, possibilitaria a maior ocorrência de determinadas espécies da fauna da Mata Atlântica, bioma da região. Desta forma, pode-se compreender que tais planícies possuem dinâmicas próprias que não foram e nem têm sido consideradas com as retificações realizadas no rio Tietê e/ou construções de empreendimentos, como por exemplo, as pistas da Marginal Tietê, o projeto de uma nova etapa do Rodoanel, a ocupação para habitação ou para uso industrial. É preciso também considerar os riscos de degradação da qualidade da água do rio Tietê, um dos mais importantes mananciais de abastecimento desta região.

Diante desta realidade, a Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e responsável pela gestão desta Unidade de Conservação, contratou em 2010 uma equipe de pesquisadores da Universidade São Paulo, por intermédio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP), para a elaboração do Plano de Manejo. Este contrato resulta de uma compensação ambiental da Transportadora de Gás TAG/Petrobrás, por conta de um passivo ambiental. Antes do contrato ser efetivado, ainda em 2010, as equipes da Fundação Florestal e da EACH/USP trabalharam por cerca de três meses na elaboração do Termo de Referência para a contratação de serviços especializados para Elaboração do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê. Este documento rege todos os processos na produção do PM.

A metodologia de trabalho prevista no Termo de Referência visou assegurar a elaboração conjunta dos estudos, envolvendo a equipe técnica da USP, a instituição gestora da APA (Fundação Florestal) e o Grupo Técnico do Plano de Manejo do Conselho Gestor da APA VRT. Neste contexto, foram concretizadas diversas reuniões interativas com toda a equipe executora. Como o projeto de desenvolvimento do PM esteve a cargo da Universidade de São Paulo, ele possibilitou ainda o envolvimento de alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica, dos cursos de Gestão Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Geografia, programa de pós-graduação em Geografia Humana, em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política.

A equipe técnica era composta por três equipes responsáveis por módulos, abordando-os como meio, a saber: físico, biótico e antrópico. Além delas, havia uma equipe de comunicação e participação social, que coordenava a realização das oficinas participativas e estava diretamente ligada à coordenação executiva do Plano de Manejo. Dentre o conjunto de ações desenvolvidas, a equipe executiva reunia-se quinzenalmente² durante os dez meses de trabalho para a elaboração do diagnóstico do PM APA-VRT, para acompanhamento e tomada de decisões.

² Desde o início dos trabalhos, em janeiro de 2011 até a entrega dos produtos do Diagnóstico, em junho do mesmo ano, foram realizadas 19 grandes reuniões com a presença da maioria absoluta da equipe e da Fundação Florestal, representada pela gestora da APA.

Já a equipe de comunicação e participação mantinha atividades diárias de março a novembro, pois cabia-lhe mapear os atores que participavam do processo, fazer os contatos e garantir que estivessem mobilizados e presentes nas oficinas nas quais se debateriam diferentes aspectos do PM. Esta equipe atuou no reconhecimento, em campo, das realidades locais e dos problemas enfrentados por populações e gestores em seu cotidiano de modo a garantir que as diferentes questões de cada ator envolvido na APA-VRT pudessem emergir e encontrar acolhimento nesse processo. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações:

1. Visitas de reconhecimento realizadas nos dias 11, 14, 18 e 21 de março, sendo que em todas houve uma cerimônia pública com a presença de autoridades locais, a equipe técnica da USP e cidadãos interessados no tema informado antes das visitas.
2. Seminários quinzenais sobre temas técnicos específicos, apresentados por especialistas da área de forma acessível ao público geral na linguagem e no nível de aprofundamento, com transmissão online via internet e divulgação na imprensa.
3. I Fórum da APA, com transmissão online via internet e divulgação na imprensa.
4. 4 Oficinas dirigidas a cada etapa do PM, sendo que cada oficina era replicada três vezes, reunindo conjuntos de 4 municípios,
5. Reuniões de toda a equipe técnica do PM com o Conselho Gestor
6. Reuniões regionais da matriz social³
7. Informes sobre o andamento do processo divulgados por e-mail para a equipe técnica.

As premissas norteadoras do processo de mobilização e participação social foram:

- Conhecimento, valorização e respeito à diversidade social e cultural da população residente na APA.
- Reconhecimento das problemáticas vividas no cotidiano pelos gestores que buscam manter a sustentabilidade da APA.
- Amplo processo de participação social.

Nesse processo a equipe de Comunicação e Participação Social ficou responsável pela organização de quatro oficinas:

- Diagnóstico Socioambiental – 9,10 e 11 de maio
- Planejamento Inicial – 14, 15 e 16 de junho
- Zoneamento – 16, 17 e 18 de agosto⁴
- Planejamento Conclusivo – 13, 14 e 15 de setembro

³ O termo matriz social refere-se ao processo de mapeamento das entidades da sociedade civil, órgãos, empresas, autarquias e fundações públicas atuando na APA, bem como a análise dos diferentes graus e níveis de interação e envolvimento com o território da APA entre estes atores sociais.

⁴ Em razão dos atrasos e de diversas reuniões institucionais, novas datas para a 3ª oficina foram estabelecidas: 13, 14 e 15 de setembro e a Oficina de Planejamento conclusiva para os dias 03 e 04 de novembro.

Um conjunto de visitas de campo foi articulado pela Fundação Florestal para que a equipe técnica do plano fosse apresentada aos representantes governamentais e não governamentais dos municípios integrantes da APA. Estas visitas de reconhecimento incluíram contatos com o governo municipal e sociedade além do percurso em alguns locais representativos, selecionados em função da ocorrência de problemas ou de alternativas experimentadas. Para a divulgação destas visitas a imprensa local foi contatada e foi criada uma página no site facebook com fotos e comentários, postados pelos participantes⁵.

A programação estabelecida para as visitas de reconhecimento seguiu o exposto no quadro abaixo:

Quadro 1. – Visitas de Reconhecimento

Programação			
Municípios	Dia	Local do encontro	Atividade
São Paulo; Guarulhos	11/03/2011	Centro de Educação Virginia Ranali	Abertura: Secretário de Ambiente de Guarulhos (Alexandre Kise); Apresentação do cronograma de atividades do PM pela equipe técnica da USP
Poá; Itaquaquecetuba; Suzano	14/03/2011	Centro Cultural de Suzano	Abertura: Secretaria de Ambiente de Suzano (Michele de Sá Vieira); Apresentação do cronograma de atividades do PM pela equipe técnica da USP
Biritiba Mirim; Mogi das Cruzes	16/03/2011	CENFORPE	Abertura – Secretaria de Ambiente de Mogi das Cruzes (Maria Inês Soares); Apresentação do cronograma de atividades do PM pela equipe técnica da USP
Salesópolis	18/03/2011	Casa da Agricultura	Abertura – Diretoria de Meio Ambiente de Salesópolis; Apresentação do cronograma de atividades do PM pela equipe técnica da USP
Santana de Parnaíba; Carapicuíba; Barueri; Osasco	21/03/2011	Centro Cultural Grande Otelo	Abertura – Secretário de Meio Ambiente Osasco (Carlos Marx); Apresentação do cronograma de atividades do PM pela EACH

Fonte: Equipe Plano de Manejo, 2011.

Os locais das visitas de reconhecimento foram as que constam no quadro que segue:

⁵ <https://www.facebook.com/Plano-de-Manejo-APA-Várzea-do-Rio-Tietê-185522081490398/?ref=ts&fref=ts>

Quadro 2. – Local de Reconhecimento

Municípios	Dia	Local da visita de reconhecimento
São Paulo	11/03/2011	Jardim Romano; Vila Itaim; Jardim Keralux
Guarulhos	11/03/2011	Vila Any/Jacy; Aterro Klabim
Itaquaquecetuba	14/03/2011	Região adjacente à Avenida Miguel Badra
Poá	14/03/2011	Vila Varela
Suzano	14/03/2011	Parque Maria Helena; Parque Mirante Tietê
Mogi das Cruzes	16/03/2011	Bairro Nova Mogilar; Região da Volta Fria (próximo ao Bairro Rodeio); Região do Cocuera
Biritiba Mirim	16/03/2011	Loteamento Cinturão Verde; Barragem Ponte Nova
Salesópolis	18/03/2011	Nascentes do rio Tietê; Estrada- Usina Parque; Barragem Ponte Nova
Osasco	21/03/2011	Bairro do Bomfim; Jardim Piratinga; Bairro Rochdale
Carapicuíba	21/03/2011	Lagoa de Carapicuíba
Barueri	21/03/2011	Parque Ecológico do Tietê
Santana de Parnaíba	21/03/2011	Represa Edgar de Souza

Fonte: Equipe Plano de Manejo, 2011.

Nesse momento, as equipes de cada módulo se debruçaram na tarefa de concluir seus diagnósticos específicos, incorporando as sugestões pertinentes, os quais foram apresentados preliminarmente para a Fundação Florestal e o Grupo Técnico do Plano de Manejo em 18/4/2011 e definitivamente nas oficinas de maio. Esse material subsidiaria as discussões integradas e auxiliaria no processo de selecionar elementos para a proposição de um pré-zoneamento.

Além das visitas de campo para que os pesquisadores da equipe técnica pudessem conhecer a realidade local, foram organizados seminários para que a comunidade pudesse conhecer o trabalho técnico. Denominadas de atividades continuadas de apoio estratégico, a equipe técnica definiu como uma das linhas de mobilização, encontros quinzenais entre a população e a equipe executora sob a forma de seminários intitulados “*Políticas públicas, territorialidades e participação social: diálogos sobre a Várzea do Rio Tietê*”, os quais foram constituído por conferências temáticas que ocorreram nas dependências da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, no período de 29 de abril a 16 de setembro de 2011⁶. Para garantir maior difusão, eles foram transmitidos por meio de IPTV (www.iptv.usp.br).

A programação segue no Quadro 1.3 – Seminários Políticas públicas, Territorialidades e Participação Social:

⁶ Além de ser atividade integrante do desenvolvimento do plano de manejo, os seminários também faziam parte da programação do Instituto de Estudos Avançados, via grupo de pesquisa “Políticas públicas, territorialidades e sociedade” (www.iea.usp.br) e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo.

**Quadro 3 – Seminários Políticas públicas, Territorialidades e Participação Social:
diálogos sobre a Várzea do Rio Tietê**

Programação/ Conferencistas / Datas		
Área de Proteção Ambiental e Plano de Manejo: ações de política pública	Prof. Dra. Neli Ap. de Mello-Théry	29/04/11
Planícies Aluvionares e Uso do Solo	Prof. Dr. Jurandyr Ross	13/05/11
1º Fórum da APA Várzea do Rio Tietê	Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva e Prof. Dra. Neli Ap. de Mello-Théry	26/05/11
Memória e Patrimônio Cultural	Prof. Dra. Silvia Helena Zanirato	03/06/11
Aspectos Geológicos da Bacia do Rio Tietê	Prof. Dra. Lucy Gomes Sant'Anna	10/06/11
Gestão Pública e Participação Social	Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva e Prof. Dr. Salvador Sandoval	01/07/11
Poluição das Águas no Meio Urbano	Prof. Dr. Andrea Cavicchioli	05/08/11
Gestão da Biodiversidade: política e sociedade	Prof. Dr. Waldir Mantovani	26/08/11
Clima e Ambiente: repercussões sobre o território	Prof. Dra. Michelle Reboita	02/09/11
Sustentabilidade e Desenvolvimento Local	Prof. Dr. Diamantino Alves Corrêa Pereira	16/09/11

Fonte: Equipe Plano de Manejo, 2011.

3. Participação social e Mobilização nas Oficinas de Diagnóstico Socioambiental da APA VRT

Para que o plano de manejo resulte em um pacto a respeito dos diferentes usos sobre o território (Mello-Théry, 2011abc) da APA e seja o fruto do processo de construção conjunta das estratégias e políticas para a área, o uso de uma metodologia participativa, e não de um ato vertical, é recomendado (Costa e Silva, 2012, 2013; Costa, 2012; Van Tilburgh, 2007, 2014). Naquela ocasião, esperava-se que a participação social desde a primeira etapa de elaboração do plano de manejo abrisse caminho para que a gestão desse território fosse bem-sucedida no futuro. Para tanto, foram realizadas duas reuniões extraordinárias do Conselho Gestor (CG) nas quais esteve presente a equipe técnica da USP do plano de manejo, sendo que na primeira (27/01/2011) foram apresentados todos os membros da equipe e o calendário de atividades previstas. A segunda reunião (03/05/2011) teve como pontos de pautas: a apresentação preliminar dos resultados do diagnóstico para os conselheiros da APA-VRT; da estratégia proposta para as oficinas, assim como as indicações da lista de sugestões de participantes e os critérios norteadores destas indicações.

Esta primeira oficina do Plano de Manejo, realizada entre os dias nove e onze de maio de 2011, buscou envolver os membros do Conselho Gestor da APA Várzea do Rio

Tietê, a comunidade residente e a equipe técnica para a apresentação do pré-diagnóstico da unidade de conservação realizado pela Equipe EACH/USP, onde se identificou os principais problemas presentes no território, as causas e as consequências da situação presente em cada município e na região como um todo. Objetivou-se ainda estabelecer - de maneira coletiva - as prioridades de ação para a região da APA, além de ouvir os participantes para que apontassem, dentro do estudo técnico, dados subutilizados, falhas no levantamento e também suas expectativas sobre as informações que deveriam constar no documento final. Nossa análise é que se tratou de uma oportunidade política para que diversas questões fossem debatidas e registradas, de modo a antever dilemas, interesses e diferenças de concepção que viriam a incidir na produção do plano de manejo.

Nesta oficina, o método de trabalho utilizado foi o ZOPP⁷ (Bolay, 1993; Brosse, 1992) e, de modo particular, o recurso de visualização móvel (MetaPlan) para que os facilitadores pudessem auxiliar na expressão de todas as ideias expressas pelos (as) participantes, de modo que nenhuma posição se perdesse. As equipes dos módulos Físico, Biótico e Antrópicos discutiram o conteúdo de seus relatórios e escutaram a comunidade participante cujo registro de suas visões e sugestões nos painéis de visualização móvel da oficina foi facilitado por membros da equipe de comunicação e participação social. Estes registros foram sistematizados em cada grupo e resultaram do trabalho coletivo. Nesse sentido, no momento das oficinas não nos cabia analisar a potencialidade dos elementos presentes nos painéis. Mas nos cabia a análise da dinâmica vivenciada na oficina e em seus grupos de trabalho. Abaixo, neste artigo, apresentamos os painéis de visualização móvel resultantes desse trabalho colaborativo (organizados durante a plenária final de cada dia de oficina). As análises que os seguem são fruto do destaque das questões e posições que os participantes construíram durante as atividades coletivas que ordenaram a organização da oficina.

Para esta primeira rodada de atividades do Plano de Manejo foram convidados todos os conselheiros da APA, representantes de instituições do poder público (secretarias estaduais que não estão no conselho, Ministério Público, Ibama e outras), além de ONGs e organizações da sociedade civil que não participam do conselho, e representantes da Associação de Moradores do Jardim Pantanal, bairro diretamente atingido por enchentes e que se encontra parcialmente no território da APA. A lista de convidados foi aprovada em reunião do Conselho Gestor, quando também foi feito o convite público aos conselheiros. Na

⁷ A metodologia ZOPP, do alemão "Ziel Orientierte Projekt Planung" - Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos - foi criada pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) em decorrência de um processo de mudança de paradigma no campo do planejamento. Concepções centradas apenas no poder governamental e que não atendia as principais demandas locais eram criticadas por contribuírem para a manutenção do processo de exclusão social. Esse quadro associado à ideia de desenvolvimento social sustentável acabou por ser um dos elementos desta metodologia que se propunha a trabalhar com sujeitos ativos e atuantes que possam idealizar, executar e monitorar as ações do Estado permanentemente. Pode-se dizer que, entre os diversos métodos que visam promover a participação social em projetos, o método ZOPP - Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos - tem sido amplamente utilizado em projetos de desenvolvimento na Europa, Estados Unidos e América Latina.

sequência, os convites a todos os participantes foram enviados via email, seguido de telefonemas para confirmação da presença.

Ao todo foram disponibilizadas 180 vagas para os três dias (60 em cada município), sendo que 45% delas (81) foram ocupadas, sendo 83% deste total por representantes do poder público, seja municipal, seja estadual. É preciso ressaltar que alguns participantes (todos da Fundação Florestal ou Secretaria de Meio Ambiente do Estado) foram em todos os dias de atividades. Contabilizando, portanto, os três dias, 75 pessoas participaram. Além disto, por dia de atividade, cerca de 20 pessoas da equipe técnica também participou (Costa, 2012: 82).

O que destacamos deste processo de mobilização dos atores, é o grande desafio para identificação da sociedade civil organizada para envio de convite (e mais difícil ainda para a confirmação da participação) devido à natureza de auto-organização destes atores, baixa profissionalização de seus quadros funcionais e inexistência de banco de dados atualizados com informações seguras e completas de tais organizações. A equipe de comunicação e mobilização enfrentou contratempo e bastante trabalho, e mesmo assim, apesar do empenho, não obteve o número esperado de respostas aos vários contatos pessoais, telefônicos e por *e-mail* realizados.

Sobre as atividades previstas para esta oficina, a programação começou com a apresentação dos dados do Diagnóstico Socioambiental realizado pela equipe técnica da EACH/USP, seguido de uma rodada de tira-dúvidas. Na parte da tarde, foram formados grupos de trabalho, com temáticas específicas e referentes ao estudo diagnóstico, para que os participantes pudessem fazer suas contribuições sobre o mesmo. Ao final de cada dia, foi realizada uma plenária que visava viabilizar a manifestação de todos os participantes e que todas as contribuições fossem anotadas e expostas no painel de visualização móvel que estava sendo utilizado como suporte.

Originalmente foram previstos seis temas ordenadores dos grupos nos três dias da oficina. Esses temas organizavam os grupos de trabalho tendo presentes as perspectivas interdisciplinares que auxiliam na produção de uma visão integrada e transversal do diagnóstico. Os temas eram: 1. Ocupação do Território, Risco e Sustentabilidade; 2. Gestão das Águas e do Clima; 3. Áreas de Recuperação da Vegetação/Flora e Fauna; 4. Economia e Cultura; 5. Geração de Políticas Públicas: Estado e Comunidade e 6. Desenvolvimento Regional, Segurança e Risco. Porém, em função do número e interesse dos participantes os mesmos foram assim reorganizados: 1. Economia, cultura, desenvolvimento e segurança; 2. Vegetação, flora e fauna; 3. Ocupação do território, vulnerabilidade, risco e sustentabilidade; 4. Gestão da água e do clima.

A programação da oficina foi organizada de modo a permitir interação dos participantes e a reflexão acerca dos objetivos da oficina, bem como sobre as dificuldades de construir um trabalho intersetorial. A dinâmica de apresentação dos participantes procurou focar essas questões que em efetivo acabaram se materializando durante o trabalho coletivo. As dinâmicas “Nó Humano”⁸ (1º dia), “Perequepê”⁹ (2 dia) e Troca de Papéis¹⁰ tinham foco no trabalho em grupo e na superação de dificuldades de cunho organizacional e interpessoal, baseados na colaboração e conhecimento do outro.

A apresentação dos dados do Diagnóstico Socioambiental visou permitir aos participantes compreender não apenas o conteúdo, mas os processos inerentes à produção dos trabalhos dos módulos físico, biótico e antrópico. Em seguida, buscou-se analisar a realidade microrregional e regional a partir dos grupos temáticos propostos baseados nos dados do diagnóstico e plenárias finais, com vistas a possibilitar e consolidar contribuições a serem posteriormente analisadas e consideradas pelas equipes de cada módulo.

A Oficina de Diagnóstico Socioambiental inaugurou o processo de construção social do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê. Era fundamental envolver a sociedade, em especial moradores da APA e gestores públicos, com a finalidade de fazer destes atores partícipes comprometidos com as estratégias estabelecidas de maneira democrática. Isso implica em considerar suas demandas e preocupações durante todas as etapas de elaboração do plano, ou seja, desde o princípio quando se estabelecem os primeiros elementos norteadores desse processo.

Esta forma de trabalho baseada na participação social significou uma oportunidade para se obter o reconhecimento da importância da unidade de conservação e de sua contribuição para a sociedade. Ao mesmo tempo, ela permitiu identificar lideranças que poderiam apoiar a solução de impasses que ocorriam no território tanto no momento de elaboração quanto na futura implantação do plano de manejo. Certamente, esse processo de identificação resulta de um trabalho mais amplo e que se concretiza a partir das ações da matriz social. Por outro lado, vale dizer que o uso dessa metodologia de intervenção também faz com que a sociedade conheça e reconheça a necessidade de colaborar com a gestão da unidade de conservação de modo mais permanente.

⁸ Forma-se um círculo, todos de mãos dadas. Orienta-se cada um para observar bem que está a seu lado direito e a seu lado esquerdo. É preciso não esquecer, ou não se pode trocar de parceiros. Então se soltam as mãos e se pede que caminhem aleatoriamente pela sala até que se peça que parem e retomem as mãos dos parceiros, mas sem sair do lugar, guardando que as posições originais sejam mantidas. Gera-se um nó e é necessário desfazê-lo sem soltar as mãos voltando ao círculo original.

⁹ Faz-se um círculo onde cantando ao ritmo do perequepê se vai movendo o corpo ao ritmo e seguindo as orientações do facilitador que indica as posições com as quais se deve posicionar para dançar. Essa dinâmica prevê o toque corporal e a aproximação em situações inusitadas, assemelhando-se a situações que colocam a cada sujeito frente a desafios no mundo da vida. No caso, as dificuldades e desafios são físicos.

¹⁰ Procura-se entre os participantes um parceiro que não tenha muito contato ou mesmo seja desconhecido. Faz-se uma apresentação de si, de suas relações com o objeto que orienta a oficina, sobre sua formação etc., e depois, no momento da apresentação ao coletivo, cada um apresenta-se assumindo a identidade do outro.

Nesta oficina do diagnóstico participativo destacaram-se temas que ordenam a dimensão socioambiental do território. Assim, levantam-se as necessidades percebidas pelo grupo, o que facilita a orientação das oficinas seguintes. Note-se que as demandas que emergem nesse primeiro momento podem ser percebidas como demandas individuais, mas o processo de debate que segue a elaboração do diagnóstico é fundamental para que estas se constituam em uma necessidade grupal (Silva 2001, 2003). Esse tipo de abordagem resultou um melhor engajamento dos participantes na preparação do plano de manejo, pois estes tiveram a oportunidade de conhecer, com maior facilidade, o seu lugar no processo, bem como a complexidade presente nesse trabalho, a partir do conteúdo produzido pela equipe de comunicação e participação social e de questões por eles próprios identificados. Há a emergência do reconhecimento do outro e do próprio lugar nessa trama (Honneth, 2003).

Dito de outro modo, após a apresentação do diagnóstico, se introduzem os dados obtidos pela equipe técnica com o fim de se confrontar os pontos considerados problemáticos na visão da comunidade, dos gestores e da própria equipe técnica. Nesse ponto, a negociação passa a um nível que deve ultrapassar o limite da percepção individual e atingir o plano da coletividade, estabelecendo os princípios orientadores de modo a atender os elementos que garantam a sustentabilidade e de maneira democrática. As propostas que surgiram desta primeira oficina foram ponderadas pela equipe técnica com base na avaliação ambiental, na própria matriz de planejamento e no planejamento integrado. Mais que dirimir dúvidas, pretendeu-se, identificando problemas existentes no território da APA em cada município e na região como um todo, estabelecer coletivamente as prioridades de ação para cada microrregião da Unidade de Conservação e, em um segundo momento, a partir das atividades subsequentes a este conjunto de oficinas, as prioridades gerais para a APA.

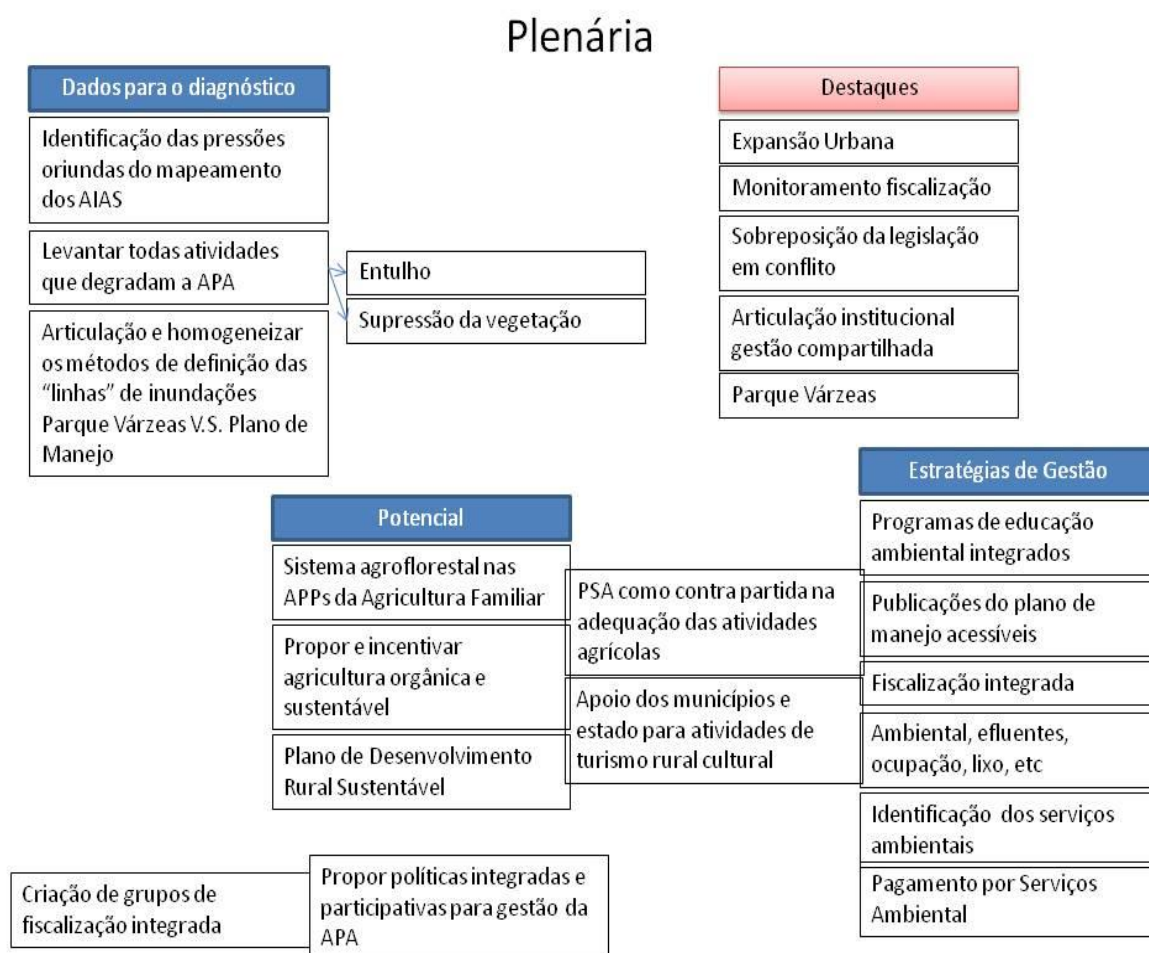
4. Alguns resultados do processo de participação na Oficina de Diagnóstico Socioambiental da APA VRT

O material que analisamos resulta dos trabalhos em grupo facilitados segundo a metodologia ZOPP e por meio da visualização móvel. Apresentadas as temáticas, cada participante elegeu, segundo seu interesse e respeitando o limite de dez pessoas por grupo, o tema que desejaria debater. No decorrer das oficinas, procurou-se garantir a palavra a todos os participantes, registrando todas as posições apresentadas de modo a construir um painel resultante das posições anotadas e que garantisse um debate frutuoso de cada tema, sendo as ideias agrupadas e organizadas a partir dos entendimentos coletivos. Ao final, cada grupo ordenava suas prioridades, estabelecendo, quando possível, consensos que permitissem organizar os elementos discutidos e que seriam apresentados na plenária.

Na plenária, cada grupo apresentava um relato geral do debate e apontava quais eram suas prioridades frente ao quadro geral construído pelo grupo. Após esse trabalho de

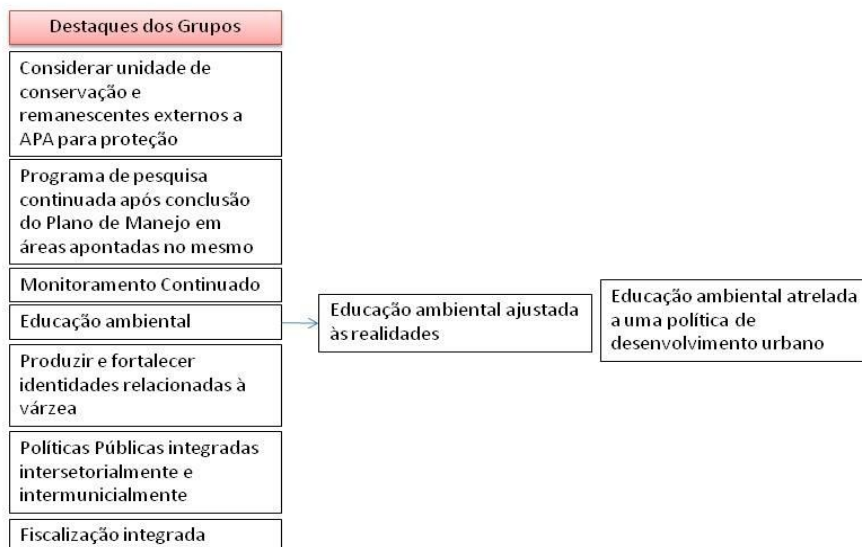
relatoria, a indicação de prioridades foi exposta pelo especialista em participação social à consulta da plenária geral, o que gerou um novo painel. Esse esforço seguiu a mesma metodologia dos grupos de trabalho. Os quadros transcritos abaixo são a reprodução fiel dos que foram gerados em papel nas plenárias das oficinas e resultam nos consensos de cada uma das três regiões da APA-VRT que deram origem às formações de grupo de oficina. A partir da comparação entre os painéis será possível identificar ideias recorrentes nos três grupos de municípios e valorar seu peso social.

GRUPO 1: Mogi das Cruzes 09/05/2011



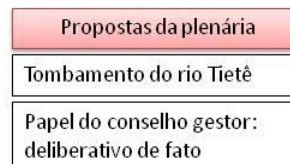
GRUPO 2: Guarulhos 10/05/2011

Plenária



GRUPO 3: Barueri 11/05/2011

Plenária



Etapa futura

Desenvolvimento de modelo hidrológico incorporando lançamento de efluentes industriais e domésticos (reais ou aproximadas) que permita avaliar a sensibilidade da (qualidade e quantidade) da água em determinado ponto às mudanças realizadas a montante, por exemplo: se reduzirmos em 50% o lançamento de esgoto doméstico em Mogi, em quantos por cento teremos aumento na qualidade da água em Suzano? E em Barueri?

A partir da análise dos painéis produzidos nas oficinas pudemos identificar que muitas das demandas apresentadas não são contempláveis, seja por não estarem solicitadas no Termo de Referência, seja por não serem do domínio do Plano de Manejo. Não obstante, uma parte refere-se a um melhor esclarecimento das questões contidas no diagnóstico e outra diz respeito ao momento de aprofundamento e apropriação do diagnóstico a partir do zoneamento e planejamento. Isto revela, contudo, que o processo de elaboração do conteúdo de um plano de manejo é variado e não segue a mesma lógica para todos os participantes. Como enfatiza Hirschman (1986), o processo coletivo não é significado pelos atores envolvidos da mesma forma. Cada um estima tempo e saberes para realizar uma tarefa baseado na própria vivência ou conhecimento sobre o assunto. Na prática, contudo, pode-se levar mais tempo e exigir-se mais dados e informações. Este é um ponto a se considerar para que o processo não gere frustrações que podem desmobilizar os participantes e afastá-los do processo participativo.

Algumas ideias foram recorrentes nas plenárias. Elas foram consideradas importantes para a gestão da APA, mas iam além daquela fase inicial do Plano de Manejo. Eram elas: as grandes obras de engenharia que estavam anunciadas no território da APA Várzeas do Rio Tietê: o Parque Várzeas do Tietê e o Rodoanel; a fiscalização como fator chave para o sucesso da aplicação do zoneamento; as mudanças propostas no Código Florestal e seus impactos para o zoneamento ambiental; a preocupação com os impactos e conformidades com a Lei de Resíduos Sólidos; e o receio da população com possíveis desapropriações a partir do estabelecimento do novo zoneamento (somado a estas obras de engenharia).

Estas preocupações recorrentes revelam um desafio deste instrumento de planejamento regional que é o plano de manejo de uma APA intermunicipal: a relação entre os instrumentos de planejamento territorial das três esferas federativas (município, estado e União), que definirá o sucesso do zoneamento produzido ao final do processo de construção do PM. Nas plenárias, apontou-se certo desequilíbrio no poder de intervenção no território entre os municípios, o que sugere a necessidade de políticas intersetoriais e intermunicipais. Porém, como fazê-las? O Plano de Manejo tem força para tanto? Teria o conselho gestor de uma unidade de conservação poder institucional e político para propor e aprovar tais políticas?

O que se observou no processo da Oficina de Diagnóstico Socioambiental da APA, e que entendemos ser outro desafio de gestão, é a preocupação dos atores envolvidos com o fortalecimento do Conselho Gestor da APA, seja por mecanismos institucionais que lhe garanta força de implementação, seja pela consolidação de seu caráter deliberativo. Naquele momento (e até hoje), por força de legislação estadual, o conselho possuía um caráter consultivo, ou seja, sem a efetiva capacidade de tomar decisões. Desta forma, portanto, é possível interpretar que as recomendações do plano de manejo desta APA só podem ter força se encampadas pelo órgão gestor e o governo do Estado, que são as instituições com efetivo poder político e institucional no território.

Em termos da contribuição para o processo de levantamento de dados da realidade vivenciada no território da APA, a oficina foi produtiva para a obtenção de dados

complementares ao diagnóstico técnico-científico. O conjunto de dados e informações apresentados abaixo é a síntese das contribuições dos participantes. Sua incorporação ao diagnóstico técnico-científico passou por um processo de avaliação pelos técnicos e coordenadores de cada módulo e podem ser reconhecidas nos relatórios destes módulos.

1. Existem diferentes padrões de ocupação rural e urbana, cada qual com um impacto mais ou menos intenso. Ainda que a antropização represente um grave problema para a conservação, alguns tipos de residências e alguns modelos de produção agrícola podem contribuir para a sustentabilidade das Áreas de Proteção Ambiental;
2. Os dados de apreensão de animais podem ser incorporados aos dados sobre fauna para complementar a base de análise, ainda que a grande parte das ocorrências seja de animais de outros biomas;
3. Os dados dos Autos de Infração Ambiental podem ser incorporados aos dados sobre as pressões sofridas pela APA;
4. Incorporação do contexto metropolitano da APA no diagnóstico como elemento que justifica e amplia a importância do Plano de Manejo para as pessoas que estão dentro e para aquelas que estão fora do território;
5. Destaque para as ligações entre as margens do rio;
6. Destaque para a importância dos fragmentos, independentemente do estágio de sucessão, mesmo que localizados fora do território da APA, para a conservação e recuperação tendo em vista o contexto geográfico;
7. Incorporar o resgate da história da espécie de Tamanduá Bandeira de Guarulhos de nome Anhuma;
8. Destacar os impactos nas regiões à jusante do rio resultante das decisões tomadas à montante.

Houve algumas ideias que apontam para definições que não eram objeto dessa Oficina de Diagnóstico Socioambiental (esta oficina, como dito anteriormente, tinha o papel de estabelecer o contato entre a equipe técnica e os atores presentes no território, visando conhecer as demandas destes e qualificar os dados obtidos pelos técnicos em campo), mas que guardam relação direta com a vida da APA-VRT. A título de ilustração apontamos aqui algumas dessas questões levantadas nessa oficina:

1. Recomendação de que fique claro o traçado nos limites entre zonas;
2. Os mecanismos de regulação do crescimento urbano presentes no Estatuto das Cidades podem ser incorporados como instrumento de gestão da APA, como é o caso da Transferência do direito de construir;
3. Estabelecer mecanismos de mercado para remunerar serviços ambientais, bem como os bons ocupantes do território da APA;
4. O número de estações pluviométricas precisa ser aumentado para produção de dados de qualidade sobre microclima;
5. Consolidação de processo de educação que se integre às estratégias de manejo do território da APA;
6. Valorização das pessoas que vivem e atuam no território como estratégia para conservação ambiental. A constituição de identidades em torno do território e das

questões relevantes para o contexto da APA deve compor as estratégias de envolvimento popular na implementação do Plano de Manejo.

7. O lazer foi a atividade destacada com grande potencial para envolvimento na proteção por parte dos moradores vizinhos bem como da população em geral;
8. Iniciar o processo de tombamento do Rio junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como uma forma assegurar a conservação antes mesmo da aprovação do Plano de Manejo.

Ao observamos esta lista de pontos fica claro que oficinas como estas despertam um olhar sobre si e sobre seu lugar de pertença. O território geográfico se mescla com elementos da subjetividade, com os sentidos que são assignados a espaços que se convertem em lugares porque são nomeados, significados de modo particular (Silva, 2007). Valorizar pessoas, construir identidades e tomar o rio são notas de uma consciência política coletiva que desponta a partir de experiências de interação, da mesma forma que o reclamar o fortalecimento do conselho gestor reflete a ausência de reconhecimento destes pelo Estado, mas o reconhecimento deles por eles mesmos. Do ponto de vista da gestão, a questão que se levanta aqui nos parece ser: neste processo de consciência política desperto pelo processo participativo, como empoderar os atores de modo a assegurar um espaço efetivamente político e democrático de participação na gestão deste território e não apenas uma espécie de participação-álibi”, que visa referendar as decisões já tomadas pelo Estado?

Considerações Finais

Ao final deste processo, fica evidente que a participação social é participação política, eivada de espaços de conflito e disputa. Portanto, conhecer quem participa, em que contexto participa, por que participa e com quais interesses é a base para a implementação de ações dessa natureza. Este processo de diagnóstico se propunha, por meio de ações participativas, auxiliar no enfrentamento da inquietação e angústia gerados pela necessidade e pelo resultado do plano de manejo da APA-VRT. Nos debates das oficinas era clara a inquietação de gestores e sujeitos interessados em promover ações coletivas e práticas descentralizadas de gestão, mas também era clara a dificuldade de lidar com a diversidade de posicionamentos e interesses conflitantes. No que diz respeito a ação do Estado, havia uma clara ambiguidade, pois, de um lado, promovia espaços de gestão compartilhada, mas também dificultava tanto institucionalmente quanto politicamente que tais espaços se materializassem com força e capacidade decisória real.

No caso da APA-VRT, para superar as dificuldades e assimetrias encontradas no processo, procuramos usar técnicas de mobilização e de animação de processos coletivos marcados pelo debate e negociação política. Evidentemente, a diversidade de sujeitos participantes forçou uma continua releitura do contexto e uma disposição permanente para entendimentos técnicos-políticos. Ainda assim, ficou claro que na relação entre governo e sociedade civil urgem novas formas de ação participativa e instrumentais legais que efetivamente empoderem os(as) cidadãos(ãs) em um jogo no qual a balança não pende a

favor de um dos lados e nos quais a reflexão sobre os processos comunicativos são estratégicos para a tomada de decisão coletiva que potencialize a gestão colegiada.

A partir da experiência da Oficina de Diagnóstico Socioambiental do Plano de Manejo da APA-VRT, evidenciou-se como a dependência de decisões que estão amarradas a diversos níveis decisórios dificultam um real processo participativo, caso todas as partes não ocupem este espaço e tenham capacidade efetiva de decidir. Soma-se a isto a disponibilidade institucional e econômica dos gestores para assegurar a organização de processos efetivamente participativos de construção de um documento de planejamento e gestão, como é o caso de um plano de manejo. A equipe responsável pela mobilização dos atores da APA-VRT teve dificuldade de chegar à população de uma maneira mais intensa e eficaz (ao todo eram 12 municípios envolvidos). Podemos analisar que a eficiência e a eficácia do processo foram mediadas por atores que representavam forças sociais, mas que não eram representativos da totalidade dos atores que realmente estão implicados na vida da APA-VRT.

Propor novas ferramentas para que estes atores não só se informassem, mas que tivessem maior capacidade de argumentação e defesa dos seus posicionamentos, foi um passo pequeno dado por meio do uso da metodologia, que consorcia ZOOOP e visualização móvel, mas que de longe significa um processo emancipador e de geração de autonomia, sobretudo quando pensamos nas condições objetivas dos representantes da sociedade civil. Certamente uma ação com maior durabilidade no espaço-tempo e com maior penetração territorial daria um resultado qualitativamente superior, mas também faria com que um processo inicialmente previsto para se concretizar em apenas nove meses se tornasse absolutamente ineficaz. Fato é que as oficinas necessitaram de reagendamentos e o próprio plano de manejo precisou de ampliações de prazos para que alcançasse um bom termo.

O tempo que tardou em se propor um plano de manejo para a APA-VRT e a experiência vivida nas oficinas apontam claramente para uma cultura política pouco participativa, onde os processos decisórios são verticalizados e a horizontalização destes se depara com uma cultura delegativa que esvazia os sujeitos que não estão em esferas formais de decisão de qualquer capacidade e vontade de atuar efetivamente no processo de deliberação dos cursos que orientarão os destinos da APA-VRT e si próprios.

Esta dinâmica pode ser analisada com base na leitura de alguns autores sobre a cultura política nacional. O aumento institucional de processos de descentralização política na gestão pública brasileira não, necessariamente, assegura o desenvolvimento de uma cultura política verdadeiramente democrática (Baquero, 2012). A (gritante) desigualdade social e política existente no país, somada a uma descrença popular em relação às instituições democráticas e à falta de uma reengenharia institucional (Carvalho, 2001, 2007; Gohn, 2011; Jacobi, 2004; Jacobi & Barbi, 2007; Moisés, 2010), por exemplo, dão pistas dos desafios a serem superados para que a participação do cidadão seja efetiva na gestão pública.

Referências Bibliográficas

- Babbie, Eerl. (1999). *Métodos de Pesquisas de Survey*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Barbosa, Eduardo F. (1999). *Indicadores de Desempenho em Projetos e Sistemas Educacionais*. Material didático. Belo Horizonte: SEE-MG/CEFET-MG.
- Bolay, Friedrich W. (1993). *Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos – Método ZOPP*. Recife: Ed. Matilde J. Freitas.
- Brose, Markus. (1992). *Introdução à Moderação e ao Método ZOPP*. Recife: PAPP.
- Carmo, Aline Borges do., & Silva, Alessandro Soares da. (2013). Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão. *Confins* [Online], 19. Acessado em 10/12/2013, de: <http://confins.revues.org/8555>
- Carvalho, J. M. de. (2001). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, J. M. de. (2007). Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In L. Avelar & A. O. Cintra (Orgs.), *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp.
- Cordioli, Sérgio. (2003). Enfoque Participativo no Trabalho com grupos. Em Markus, Brose, e cols. *Metodologia Participativa: Uma Introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo editorial, pp.25-40.
- Costa, Guilherme Borges da. (2012). *Consciência, participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê*. Dissertação de Mestrado (Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo.
- Costa, Guilherme Borges da., & Alessandro Soares da. (2012). Os Desafios da Gestão Participativa de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Brasil e as Contribuições da Noção de Negociação Política. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 2(2), 441-459.
- Costa, Guilherme Borges da., & Alessandro Soares da. (2013). Desafios para a ação participativa na gestão ambiental brasileira: uma análise psicopolítica. *Les cahiers psychologie politique*, número 23, Juillet. Acessado em 14/11/2014, de: <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=2497>
- Gohn, M. da G. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo (SP): Cortez.

- Hirschman, A. O. (1986). *Interés privado y acción pública*. México: FCE.
- Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Jacobi, P. R. (2004). A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In V. S. P. Coelho & M. Nobre (Orgs.), *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (1a ed, p. 270– 289). São Paulo, SP, Brasil: Editora 34.
- Jacobi, P. R., & Barbi, F. (2007). Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. *Revista Katálysis*, 10(2), 237–244. <http://doi.org/10.1590/S1414-49802007000200012>
- Machado, Frederico Viana. (2013). Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. *Psicologia política*, 13(27), 261-280.
- Markus, Brose, e cols. (2003). *Metodologia Participativa. Uma Introdução a 29 Instrumentos*. Markus Brose (organizador). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003
- Mello-Théry, Neli ap. (2011a). Conservação de áreas naturais em São Paulo. *Estudos Avançados*, 25(71), 175-188.
- Mello-Thery, Neli Ap. de (2011b). Política (e Ação) Pública, Território e o Papel da Geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 11-19.
- Mello-Thery, Neli Ap. de (2011c). Meio Ambiente, Globalização e Políticas Públicas. *Revista Gestão e Políticas Públicas*, 1(1), 133-161.
- Moisés, J. A. (2010). Cultura política, instituições e democracia – lições da experiência brasileira. In J. A. Moisés (Org.), *Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP.
- Rancière, Jacques. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Sato, Danilo Pereira. *Conflitos Territoriais na Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2013.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e Participação Política: uma abordagem Psicopolítica. *Interações*, 6(12), 69-90.
- Silva, Alessandro Soares da. (2002). O Lugar das Crenças e Valores Societais na Formação da Consciência Política de Trabalhadores e Trabalhadoras do MST. *Interações*, 7(14), 105-130.

- Silva, Alessandro Soares da. (2003). Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), Silva, Alessandro Soares da. (2005). Los Sentimientos de Injusticia y la Voluntad de Actuar Colectivamente en la Construcción de la Conciencia Política de Trabajadores (as) Rurales Sin Tierra. *Resonancias*, 2(2), p. 153-167.
- Silva, Alessandro Soares da. (2007). A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)*, v. 7, p. 102-123.
- Silva, Alessandro Soares da. (2008). Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. 1. ed. Curitiba: Juruá.
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). As Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. Em Flávia Mori Sarti; Gislene, Aparecida dos Santos. (Org.). *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. São Paulo: Rubio.
- Silva, Alessandro Soares da. (2010). O caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica psicopolítica. *Psicologia em Estudo (Impresso)*, v. 15, p. 137-149.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- Van Tilbeurgh, V. (2007). *La mer d'Iroise: négociations sur le principe de protection*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Van Tilbeurgh, V. (2014). *Négocier la nature, les dispositifs environnementaux comme situations dialogiques de négociation (Habilitation à Diriger des Recherches)*. Université Rennes 2, Rennes.

Recebido em 30/08/2014

Revisado em 19/09/2014

Aceito 29/11/2014